

ARQUIVO RUBENS PAIVA: ENTRE
DOCUMENTOS E LITERATURA
RUBENS PAIVA ARCHIVE: BETWEEN
DOCUMENTS AND LITERATURE

CAROLINE PERES MARTINS*

Resumo: O desaparecimento forçado do deputado cassado Rubens Paiva completou cinquenta e três anos às vésperas do sexagésimo aniversário do golpe civil-militar de 1964 no Brasil. Esses ensejos são oportunos para retomar o que chamamos de “arquivo Rubens Paiva” — composto por documentos ligados ao episódio de sequestro e a produção literária do filho, o escritor brasileiro Marcelo Rubens Paiva. Em particular, as obras *Feliz ano velho* (1982) e *Ainda estou aqui* (2015), cujo eixo central é a inscrição traumática no corpo. A partir de críticas como Aleida Assmann (2011), Regina Dalcastagnè (1996), Eurídice Figueiredo (2017) e Marianne Hirsch (2021), investigamos as mortes (concreta e simbólica) sem fim do ex-deputado, amarradas às demais tragédias enfrentadas pela família Paiva e o esquecimento coletivo do país.

Palavras-chave: Arquivo. Desaparecimento. Marcelo Rubens Paiva.

Abstract: The forced disappearance of impeached congressman Rubens Paiva completed fifty-three years on the eve of the sixtieth anniversary of the 1964 civil-military coup in Brazil. Which is an opportunity to return to “Rubens Paiva archive” — composed of documents associated to the episode, as well as the literary production of the writer Marcelo Rubens Paiva. Especially in the literary works *Feliz ano velho* (1982) and *Ainda estou aqui* (2015), whose central axis of the narratives is the traumatic inscription on the body. Based on critics such as Aleida Assmann (2011), Regina Dalcastagnè (1996), Eurídice Figueiredo (2017) and Marianne Hirsch (2021), we investigated the endless deaths (concrete and symbolic) of the former

* Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Letras Neolatinas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com estância de investigação na *Universidad del Salvador* (USAL), Buenos Aires, ambas pesquisas financiadas pela CAPES. (E- mail: cperesmartins96@gmail.com)

deputy, linked to the other tragedies faced by the Paiva family and the country's collective oblivion.

Keywords: Archive. Disappearance. Marcelo Rubens Paiva.

À espera de Godot: introdução

Na esteira do pós-guerra, o dramaturgo irlandês Samuel Beckett explora a incerteza, o absurdo e desespero da espera em *Esperando Godot* (1953), na qual Godot jamais aparece:

ESTRAGON Ele devia estar aqui.
VLADIMIR Não deu certeza de que viria.
ESTRAGON E se não vier?
VLADIMIR Voltamos amanhã.
ESTRAGON E depois de amanhã.
VLADIMIR Talvez.
ESTRAGON E assim por diante.
VLADIMIR Ou seja...
ESTRAGON Até que ele venha.¹

Os espectadores da peça deparam-se com a expectativa frustrada dos personagens, pela espera incerta e a impossibilidade do encontro com Godot, o qual opera como uma alegoria para perscrutarmos o desaparecimento político, especialmente, na ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985). Os familiares das vítimas, entre os quais estão os parentes do ex-deputado Rubens Beyrodt Paiva, permanecem à espera de Godot, isto é, do aparecimento do corpo e de punição para os algozes.

À vista disso, investigamos o que nomeamos como “arquivo Rubens Paiva”, a fim de recuperarmos as mortes de Paiva, a concreta e a simbólica, por meio de documentos que desmantelam materialmente a versão dos militares à época do desaparecimento do ex-deputado — trazidos à baila durante os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade (CNV), cujo

¹ BECKETT, Samuel. *Esperando Godot*. Tradução Fábio de Souza Andrade. São Paulo: Companhia das Letras, 2017, p. 21.

relatório final foi publicado em 2014, no aniversário dos cinquenta anos do golpe de 1964. Ainda avaliamos a produção literária de Marcelo Rubens Paiva, em que o desaparecimento do pai se repete como a figura do anão nos trabalhos da autora espanhola Rosa Monteiro, sobretudo em *Feliz ano velho* (1982) e *Ainda estou aqui* (2015).

Em tais obras, as tragédias dos Paiva são apresentadas às voltas do corpo: desaparecido (do pai); paralisado (do escritor) e demente (de Eunice Paiva, sua mãe)², fio condutor sobre o qual se situam os traumas individuais e coletivos do narrador, questões analisadas à sombra de críticas como Aleida Assmann (2011), Regina Dalcastagnè (1996), Eurídice Figueiredo (2017) e Marianne Hirsch (2021).

1979: o ano sem fim

Oito anos depois do assassinato de Rubens Paiva, a Lei n° 6.683 foi assinada em 1979 com a chancela militar, que promoveu a deturpação das campanhas pela anistia. Embora restrita, a chegada dos exilados políticos movimentou o mercado literário com lançamentos de livros de memória e testemunho de ex-militantes como *O que é isso, companheiro?* (1979, Fernando Gabeira); *Querida família* (1979, Flávia Schilling), *Os carbonários* (1982, Alfredo Sirkis); *Batismo de sangue* (1982, Frei Betto) e *A Revolta das vísceras* (1982, Mariluce Moura).

Nessa esteira, Marcelo Rubens Paiva estreou na literatura com *Feliz ano velho* (1982), na coleção *Cantadas literárias* da Brasiliense, editora que privilegiou as impressões de títulos políticos no pós-golpe de 1964³ e revelou novos autores pelo *Cantadas* — como a poeta Ana Cristina César, também filha de perseguidos políticos. Paiva antecipa a tendência de representação da chamada pós-memória, na definição da professora emérita da Columbia

2

³ MAUÉS, Flamarion. **Livros contra a ditadura**: editoras de oposição no Brasil, 1974-1984. São Paulo: Publisher Brasil, 2013.

University Marianne Hirsch, da guinada de edições de uma segunda geração, uma vez que “*la memoria puede ser transferida a los que no vivieron el acontecimiento*”⁴.

Vale salientar o contraponto de Beatriz Sarlo ao conceito de “pós-memória”. Para a crítica literária argentina, a definição pode ser considerada um excesso de teorização, “se o passado não foi vivido, seu relato só pode vir do conhecido através de mediações (...) O vicário não é específico da pós-memória”.⁵ Em sua concepção, existem “formas de memória”, as quais extrapolam a simples cisão entre os que experimentaram o evento e seus filhos. Sarlo, porém, faz a ressalva de que tal noção seria possível ao se aludir “exclusivamente para o relato (...) da primeira geração dos fatos”,⁶ como é o caso de Marcelo Rubens Paiva.

Feliz ano velho abre-se com o motivo pelo qual o ano de 1979 atravessa os Paiva significativamente. Poucos meses após o decreto da anistia, em 14 de dezembro de 1979, Marcelo Rubens Paiva sofre um acidente em Campinas, interior de São Paulo, onde cursava engenharia agrícola na Unicamp. O mergulho à tio Patinhas, bêbado, numa lagoa rasa deixaria a tetraplegia como sequela definitiva: “Estava debaixo d’água, não mexia os braços nem as pernas, somente via a água barrenta e ouvia: biiiiiiin”.⁷

Em meio à recuperação que exigiu meses de internamento e uma reabilitação intensa, Caio Graco Prado, então editor da Brasiliense, encomendou um livro no qual relatasse a história. As memórias revisitadas pelo escritor têm como fio de ligação o corpo: a autorrepresentação de sua paralisia e apresentação do desaparecimento do pai, plano de fundo da obra. Esses aspectos residem sobre os limiares de presença-ausência e existência-inexistência, que inscrevem uma antítese: o corpo paralisado do narrador parece defunto; enquanto o corpo ausente do pai é percebido como se estivesse vivo, devido à impossibilidade de acessar a presença da morte de Rubens Paiva.

⁴ “a memória pode ser transferida aos que não viveram o acontecimento”, tradução nossa. HIRSCH, Marianne. **La generación de la posmemoria**. Tradução de Pilar Cáceres. Madrid: Carpe Noctem, 2021, p. 11.

⁵ SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. Tradução de Rosa Freire d’Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007, p.92-93.

⁶ *Ibidem*, p. 112-113.

⁷ PAIVA, Marcelo Rubens. **Feliz ano velho**. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 10.

A prática do desaparecimento político, realizada pelos militares do período ditatorial, priva os parentes das vítimas de velar e sepultar seus mortos, lançados às valas comuns, com a condenação de uma morte sem corpo ou fim. Por isso, os parentes sequer têm ciência se seus entes estão mortos ou não:

Passei anos da minha vida sem saber se tinha ainda um pai ou não. Lembro-me até de que, um dia, já morando em Santos, pensei ter ouvido minha irmã gritar “papai”. Saí correndo feito um louco, rodei pela casa toda, fui pra rua, procurei por todos os cantos, mas não o achei. Ainda com uma tremedeira no corpo fui perguntar pra minha irmã. Era engano meu. Ninguém tinha gritado. Sonhei centenas de vezes com meu pai chegando um dia. Mas foram sonhos.⁸

Sem dúvidas, as lembranças trazidas à tona em *Feliz ano velho* transitam entre os dois eventos traumáticos: o desaparecimento de Rubens Paiva e a paralisia do corpo. Esse desdobramento irreversível do acidente desencadeia uma melancolia profunda, como ilustramos em um excerto arrebatador, o qual intitula a publicação:

Era Ano-Novo. E mudança de década: 1980. Não haveria champanhe, serpentinas ou abraços. Eu estava só.
(...) Não tinha o mínimo sentido. As lágrimas rolaram, chorei sozinho, ninguém poderia imaginar o que eu estava passando. Nada fazia sentido. Todos sofriam comigo, me davam força, me ajudavam, mas era eu que estava ali deitado, e era eu que estava desejando minha própria morte. Mas nem disso eu era capaz, não havia meio de largar aquela situação. Tinha que sofrer, tinha que estar só, tão só que até meu corpo me abandonara. Comigo só estavam um par de olhos, nariz, ouvido e boca.
*Feliz Ano Velho, adeus, Ano-Novo.*⁹

Sozinho na virada de década, sem movimentos em um leito de hospital, o escritor experimenta o desaparecimento do próprio corpo, presente, mas imóvel. Conforme o horizonte apontado pela crítica literária Aleida Assmann (2011), de que as marcas físicas trazidas pelos soldados são recordações permanentes do campo de batalha, entendemos que a paralisia do

⁸ *Ibidem*, p. 64.

⁹ *Ibidem*, p. 46.

corpo é uma memória duradoura e persistente, tal qual o trauma, esta “escrita duradoura, oposta à recordação”¹⁰, uma vez que é contínuo.

Além disso, “*un trauma puede hacer recordar o reactivar los efectos de otro*”¹¹. A sequela da paralisia faz com que Paiva reviva visceralmente outro trauma, o desaparecimento forçado do pai, orquestrado pelas Forças Armadas em 1971, como afirma no trecho “Nunca em toda minha vida meu pai fizera tanta falta”¹². Em sua estreia literária, o sequestro adquire contornos literários desde as primeiras páginas do texto, ao explorar a superstição da partida de um gato à catástrofe familiar: “Pimpão era um gato incrível. Um dia apareceu na casa, foi com a cara do meu pai e passou a morar lá. (...) Dizem que quando um gato vai embora é sinal de morte. Pois é, o Pimpão sumiu e, pouco depois, deram sumiço no meu pai”¹³.

O absurdo do episódio remete à *Casa tomada* de Julio Cortázar¹⁴, conto de literatura fantástica no qual as personagens têm a casa invadida:

Meu pai me ensinou a andar a cavalo.
 Meu pai me ensinou a nadar.
 Me incentivou a ser moleque de rua.
 Me ensinou a guiar avião (...)
 Mas meu pai não pôde me ensinar mais. O dia (sic) 20 de janeiro de 1971 era feriado no Rio, por isso dormi até mais tarde. De manhã, quando todos se preparavam pra ir à praia (e eu dormindo), a casa foi invadida por seis militares à paisana, armados com metralhadoras. Enquanto minhas irmãs e as empregadas estavam sob mira, um deles, que parecia ser o chefe, deu uma ordem de prisão: meu pai deveria comparecer na Aeronáutica para prestar depoimento. Ordem escrita? Nenhuma. Motivo? Só deus sabe.¹⁵

Às portas do marco da primeira década de desaparecimento do pai, com os militares no poder, o filho recria a cena do sequestro de Rubens Paiva, por meio da reunião de memórias individuais e coletivas, resgatadas da infância: “Não tinha sacado, mas éramos prisioneiros. O

¹⁰ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. Tradução Paulo Soethe. Campinas: Editora da Unicamp, 2011, p. 265.

¹¹“um trauma pode fazer recordar ou reativar os efeitos de outro”, tradução nossa. HIRSCH, Marianne. **La generación de la posmemoria**. Tradução de Pilar Cáceres. Madrid: Carpe Noctem, 2021, p.9.

¹² PAIVA, Marcelo Rubens. **Feliz ano velho**. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 57.

¹³ *Ibidem*, p. 23.

¹⁴ Cf. CORTÁZAR, Júlio. **Bestiario**. Editorial Sudamerica: Buenos Aires, 1970.

¹⁵ PAIVA, Marcelo Rubens. **Feliz ano velho**. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 60.

telefone fora do gancho, ninguém saía. O namorado da minha irmã chegou e foi preso, levado embora. Um amigo de 16 anos chegou e também foi levado”¹⁶. Sob vigilância armada, mesmo após o deputado cassado deixar a residência, os Paiva seguiram reféns e incomunicáveis.

A tensão se intensificaria ainda mais no dia seguinte, com as detenções de Eunice e Eliana Paiva, de apenas quinze anos; diferente da filha, Eunice foi libertada somente duas semanas depois, enquanto o marido saiu para um depoimento sem volta:

encontrei minha mãe exausta, deitada na sua cama. Tava irreconhecível, muito mais magra. Nos abraçamos e choramos. Tive o pior ataque de asma da minha vida. Ela tinha estado no quartel da Barão de Mesquita, Polícia do Exército, 13 dias numa cela individual. Foi interrogada várias vezes, sempre com as mesmas perguntas: ideias políticas do meu pai e quem frequentava a nossa casa. Entre os interrogatórios, era obrigada a ver coleções de fotos e exigiam que as reconhecesse. Mas ela só identificou a do meu pai e da família.¹⁷

Às cegas, iniciava-se a via-crúcis dos Paiva à procura de seu ente querido, sem encerramento, ainda que a prisão de Rubens Paiva permanecesse como uma incógnita. Assim como a detenção da esposa e filha, já que o ex-deputado não mantinha ligações (ao menos diretamente) com grupos de esquerda armada e estava afastado de atividades políticas desde sua cassação, logo no Ato Institucional nº 1 (AI-1), de 1964.-1. Essa revogação do mandato fora consequente de sua participação na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) em 1963, criada para investigar o financiamento ilegal de candidatos com recursos da CIA, que visavam desestabilizar o governo no Congresso, estruturando um cenário favorável a um golpe de Estado.¹⁸ Na madrugada da deposição de João Goulart, Rubens Paiva também convocou publicamente, por meio da Rádio Nacional, uma mobilização pacífica pela legalidade do governo. Contudo, a resistência, praticamente inexistente, fez com que o deputado cassado

¹⁶ *Ibidem*.

¹⁷ *Ibidem*, p. 62.

¹⁸ ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil**: nunca mais. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

enfrentasse um exílio solitário na Europa por nove meses; até que, de volta ao Brasil, fosse morar no Rio de Janeiro.¹⁹

Ao passo que a imprensa engajada cobrava o governo acerca do paradeiro do ex-parlamentar, os militares declaravam que ele sequer estava preso e ignoravam uma prova determinante: o recibo de devolução do automóvel de Rubens, timbrado pelo Exército, o qual estava estacionado, desde a sua prisão, no pátio de um quartel na zona norte do Rio, onde funcionava o Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi). Por outro lado, com o judiciário controlado e a serviço da repressão, os parentes de presos políticos sofriam com o sentimento de impotência ao reconhecerem que estavam em um labirinto sem saída.

O silêncio oficial sobre a localização de Rubens Paiva perduraria até o dia 24 de fevereiro, passados mais de trinta dias de sua prisão, com a publicação de uma versão fabricada de fuga no *Diário Oficial da União*:

“SEGUNDO INFORMAÇÕES DE QUE DISPÕE ESTE COMANDO, O CITADO PACIENTE, QUANDO ERA CONDUZIDO PARA SER INQUIRIDO SOBRE FATOS QUE DENUNCIAM ATIVIDADE SUBVERSIVA, TEVE SEU VEÍCULO INTERCEPTADO POR ELEMENTOS DESCONHECIDOS, POSSIVELMENTE TERRORISTAS, EMPREENDENDO FUGA PARA LOCAL IGNORADO...”.²⁰

À época, manchetes de jornal estamparam a cena forjada pelos militares, na qual um fusca baleado e incendiado era exibido, com o fim de divulgar um suposto resgate de Rubens Paiva pela subversão no momento em que era conduzido para depor. Segundo o jornalista Jason Tércio²¹, se a ação fosse verídica, o peso da censura nas redações vetaria a notícia de uma fuga que desmoralizaria o Exército. Embora se tratasse de um contrassenso, a versão nunca foi desmentida pelas Forças Armadas, nem mesmo após a comissão da verdade brasileira remontar

¹⁹ Cf. PAIVA, Marcelo Rubens. **Feliz ano velho**. São Paulo: Brasiliense, 1984 e PAIVA, Marcelo Rubens. **Ainda estou aqui**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

²⁰ PAIVA, Marcelo Rubens. **Feliz ano velho**. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 63.

²¹ TÉRCIO, Jason. **Segredo de Estado**: o desaparecimento de Rubens Paiva. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

os eventos da prisão à morte sob tortura do político cassado, com base em testemunhos de ex-presos políticos e documentos obtidos pela comissão, como destrincharemos posteriormente.

O silêncio que imperou acerca do paradeiro de Rubens Paiva foi interrompido pelos jornalistas Fritz Utzeri e Heraldo Dias, do Jornal do Brasil, os quais investigavam o crime sete anos depois do desaparecimento e expuseram alguns pressupostos relacionados ao caso, como a carta enviada por exilados do Chile, que desencadeou a prisão do ex-deputado no Rio de Janeiro:

Uma amiga da família, depois de visitar o filho no Chile, foi detida no aeroporto, onde os agentes de segurança descobriram as cartas. Dali ela foi levada para a 3ª Zona Aérea (para onde, no dia seguinte, levaram meu pai), comandada pelo brigadeiro João Paulo Burnier. (...) Essa mulher ainda ouviu a voz do meu pai, já no quartel da Barão de Mesquita, no dia 21 de janeiro, mas depois foi solta. É a única testemunha do caso, professora das minhas irmãs, porém nunca contou a história seja pra nós, seja pros jornalistas. Essa versão foi contada por alto, pelo marido dela.²²

A versão seria corroborada e expandida pela CNV, quase quatro décadas mais tarde, porém sem encerrar a interminável morte do deputado desaparecido ou ensejar a punição dos militares, salvaguardados pela anistia de 1979. À luz desse episódio, o sorriso genuíno do ex-presidente militar Emilio Médici (1969-1974), ao eufemizar o assassinato de Rubens Paiva como “Acidente de trabalho”²³, atravessou a história e reluz no presente. Sobre este *sorriso dos canalhas*, escreve a crítica literária Regina Dalcastagnè:

Cada vez que um deles se olha no espelho, preparando-se para aparecer em público, uma súbita alegria o invade. É um homem impune, e sempre que lembra disso ele sorri. Sorri diante de nosso esquecimento, sorri diante da perplexidade daqueles poucos que ainda se recordam, que ainda sofrem. Sorri por todos os sorrisos que roubou.

Sim, eles permanecem aí e celebram nossa indiferença, nossa curta memória. Mas ainda é cedo demais para esquecer, e o sorriso deles é a prova disso. Enquanto vamos levando a nossa vidinha de todos os dias, preocupados com o preço da gasolina e a violência das grandes cidades, eles andam pelas ruas, vão ao cinema, frequentam restaurantes, assombam suas vítimas. Que imensa ilusão pensarmos que estamos em

²² PAIVA, Marcelo Rubens. **Feliz ano velho**. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 64.

²³ *Ibidem*.

segurança enquanto eles sorriem. Se ainda não podemos fazer alguma coisa, temos ao menos a obrigação de não esquecer.²⁴

Ante o imperativo da recordação, poucos anos depois do lançamento de *Feliz ano velho*, foram organizados um relatório e um livro intitulados *Brasil: nunca mais* (1985), resultados da apuração clandestina iniciada em 1979, a qual objetivava garantir a conservação dos processos julgados pelo Supremo Tribunal Militar (STM) entre 1964 e 1985, a fim de evitar que fossem ocultados, tal como os arquivos das Forças Armadas. O grupo de trabalho liderado pelo então arcebispo de São Paulo, Dom Evaristo Arns (1921-2016), indicou o desaparecimento do deputado cassado como “Caso impressionante de desaparecimento político, pelo cinismo dos órgãos de segurança”, bem como pela denúncia que se recai sobre Rubens Paiva: corresponder-se com brasileiros exilados.²⁵

A despeito das poucas novidades acerca dos restos mortais das vítimas da ditadura, os problemas civis acarretados pelo entrelugar dos desaparecidos políticos foram amenizados via decreto, no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso (FHC); por meio da Lei 9.140/95, dos Mortos e Desaparecidos Políticos, a qual concedia finalmente o atestado de óbito aos desaparecidos políticos. As singularidades da certidão do deputado morto, expedida com duas décadas de atraso, chamam-nos atenção²⁶ em função de lacunas como data, hora e causa da morte, informações ainda negadas aos parentes de desaparecidos.

Desaparecimento: o ano de Paiva

A produção de Rosa Monteiro revela a obsessão da escritora por anões, os quais são “fantasmas (...) e se repetem nos livros do escritor sem que ele tenha consciência”²⁷, como

²⁴ DALCASTAGNÈ, Regina. **O espaço da dor**: o regime de 64 no romance brasileiro. Brasília: Editora da UnB, 1996, p. 15.

²⁵ ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil: nunca mais**. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 1987, p. 269.

²⁶ Uma cópia do atestado de óbito de Rubens Paiva, cedida por Marcelo Rubens Paiva à pesquisadora em 2019, pode ser consultado nos anexos (cf. Anexo A).

²⁷ MONTERO, Rosa. Rosa Monteiro. [Entrevista cedida a] **Programa Roda Viva**, [S.l.], 10 abr. 2006. Disponível em: https://rodaviva.fapesp.br/materia/230/entrevistados/rosa_montero_2006.htm. Acesso em: 12 dez. 2023.

sublinhou a autora em entrevista ao Roda Viva da TV Cultura em abril de 2006. Em Marcelo Rubens Paiva, o anão ao qual se refere Monteiro é o desaparecimento do pai,²⁸ constantemente observado, em alguma medida, na produção do escritor. Em *Ua: Brari* (1990), por exemplo, Paiva²⁹ explora o sumiço do corpo de Zaldo, personagem ficcional à Antônio Conselheiro, possivelmente assassinado pelo Exército na região amazônica. Já em *Não és tu, Brasil* (1996)³⁰, a preparação do romance parte de uma pesquisa complexa, nos arquivos do *Brasil: nunca mais* e da Brown University, momento em que o escritor era mestrando no Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp.

Em última análise, a obra centra-se no cerco a Carlos Lamarca no interior de São Paulo, onde a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) manteve um acampamento de treinamento para a guerrilha rural. Indiretamente, Marcelo Rubens Paiva esteve vinculado à retirada do líder revolucionário, Lamarca; em fuga, ele atravessou a propriedade do avô paterno, à semelhança de um coronel em Eldorado, fatos representados em *Não és tu, Brasil*. Ao mesmo tempo, entretanto, ficcionaliza a história familiar a partir de tia Luiza, a qual some sem deixar rastros e retorna, de forma surpreendente, cunhando o anseio de (re) encontrar o pai. Para além da obra, outra coincidência é que o adolescente Jair Bolsonaro (fascinado com o aparato repressivo) residia na cidade e que, décadas mais tarde, no cargo de deputado federal, Bolsonaro cuspiria no busto em homenagem a Rubens Paiva na Câmara dos Deputados em Brasília.³¹

Da mesma forma que *Feliz ano velho* (1982) e *Ainda estou aqui* (2015), tais obras foram editadas próximas a períodos simbólicos para a seara de enfrentamento do passado autoritário, em movimentos do Estado e da sociedade civil. Como exemplo, o projeto *Brasil: nunca mais*

²⁸ Na ficção, verificamos tal repetição na produção literária de Bernardo Kucinski, na qual examina o desaparecimento da irmã, Ana Rosa Kucinski, sob diferentes facetas. Como confessou o próprio escritor na conferência de abertura do congresso *Literatura e cultura no Brasil*, de 1964 a 1985, realizado na UFES (Universidade Federal do Espírito Santo) em dezembro de 2023.

²⁹ PAIVA, Marcelo Rubens. *Ua: Brari: Do outro lado do mundo*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

³⁰ PAIVA, Marcelo Rubens. *Não és tu, Brasil*. São Paulo: Mandarim, 1996.

³¹ Cf. CÂMARA inaugura busto de Rubens Paiva, cassado e morto na ditadura. **G1**, Brasília, 1 abr. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/50-anos-do-golpemilitar/noticia/2014/04/camara-inaugura-busto-de-rubens-paiva-cassado-e-morto-naditadura.html>. Acesso em: 8 out. 2020.

(1979-1985), iniciativa da sociedade civil; a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, instaurada em 1995 por FHC, extinta por Jair Bolsonaro (2018-2022) e reestruturada somente sob Luiz Inácio Lula da Silva, no segundo ano de seu terceiro mandato (2024); e a Comissão Nacional da Verdade (2012-2014), entre os governos de Lula (2007-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016).

Nesse bojo, Eurídice Figueiredo (2017), em *A literatura como arquivo da ditadura*, traz a noção da literatura sobre a ditadura civil-militar (1964-85) como um “suplemento aos arquivos”, com uma linguagem menos rígida que os documentos e a possibilidade de circulação. Conforme a crítica, não obstante aos esforços de “historiadores e jornalistas, só a literatura é capaz de recriar o ambiente de terror vivido por personagens afetados diretamente pela arbitrariedade, pela tortura, pela humilhação”.³²

Com relação à noção da “literatura como arquivo da ditadura”³³, cunhada desde o título, a crítica literária teoriza o seguinte:

Nos últimos cinquenta anos, dos primeiros dias após o golpe de 1 de abril de 1964 até o presente, escritores têm produzido todo tipo de texto, mas, sobretudo, narrativa de cunho ficcional ou não ficcional, sobre os desmandos da ditadura. Esse material pode ser, também, considerado como arquivo, pois ele faz o inventário das feridas e cicatrizes que as torturas e as mortes provocaram em milhares de brasileiros.³⁴

Hirsch igualmente salienta a importância da escrita literária, porque “*El impacto físico, psíquico y afectivo del trauma y de sus secuelas (...) exceden las fronteras de los archivos y de las metodologías históricas tradicionales*”³⁵. De fato, a literatura é um espaço de representação do “real”, em narrativas de ficção ou não-ficção, a fim de elaborar e transmitir o trauma, conceder as lápides negadas às vítimas e condenar os genocidas impunes. Isso é possível

³² FIGUEIREDO, Eurídice. **A literatura como arquivo da ditadura**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2017, p. 42-43.

³³ *Ibidem*, p. 40.

³⁴ *Ibidem*, p. 45.

³⁵ “O impacto físico, psíquico e afetivo do trauma e de suas sequelas (...) excedem as fronteiras dos arquivos y das metodologias históricas tradicionais”, tradução nossa. HIRSCH, Marianne. **La generación de la posmemoria**. Tradução de Pilar Cáceres. Madrid: Carpe Noctem, 2021, p. 10.

porque a interação da literatura com a história não faz com que ela assuma um compromisso com os eventos históricos passados tal como eles aconteceram.

A partir de Figueiredo (2017), entendemos que a produção de Marcelo R Paiva integra o que nomeamos como “arquivo Rubens Paiva”, junto a outros documentos históricos que reúnem informações sobre o sequestro, morte sob tortura e desaparecimento, organizadas ao longo das décadas. Ao contrário dos registros documentais, é pela memória individual e familiar que Paiva reconstitui a história do pai e aborda o desaparecimento forçado, de modo a completar, refutar ou incorporar os registros oficiais disponíveis nos acervos à escritura. Como faz em *Não és tu, Brasil e Ainda estou aqui*, no qual anexa a peça de denúncia do Ministério Público contra agentes envolvidos na morte e ocultação do corpo de Rubens Paiva.

Isso proporciona ao leitor se aproximar da história familiar dos Paiva pela intimidade do relato memorialístico do narrador, que alegoriza o trauma histórico da violência ditatorial. Como as recordações são acompanhadas de apagamentos e reinvenções, além de estarem sujeitas ao negacionismo do passado histórico por parte da sociedade, Marcelo Rubens Paiva recorre a referências primárias e as anexa em sua produção, para embasar seu discurso literário e de memória. Outrossim, a importância do material literário de Paiva reflete-se na adoção de *Feliz ano velho* (1982) como fonte consultada pela Comissão Nacional da Verdade, para compreender as circunstâncias de morte do ex-parlamentar.³⁶

Figueiredo (2017) inclui *Ainda estou aqui* (2015) no exame a respeito da produção literária sobre o regime militar, com um recorte que abrange os lançamentos de 1964 a 2016, que compõe o arquivo literário da ditadura, dividida nos seguintes intervalos: primeiro período (1964-1979); segundo período (1979-2000) e terceiro período (2000-2016). Marcelo Rubens Paiva é inserido na terceira fase de publicação, a qual destaca a volta à autobiografia após *Feliz ano velho* (1982) e destaca, como mencionamos anteriormente, o apoio aos documentos:

O autor reproduz, no meio do livro, as conclusões do Ministério Público Federal do Rio de Janeiro (...) No final do livro, são anexados dois documentos fundamentais: a

³⁶ BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Mortos e desaparecidos políticos**. Brasília: CNV, 2014b. (Relatório da Comissão da Verdade; v.3). Disponível: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>. Acesso em: 10 nov. 2023.

denúncia feita pelo Ministério Público Federal, baseada nessas conclusões, e a denúncia do juiz federal Caio Márcio Guterres Taranto, que acolheu a denúncia no dia 26 de maio de 2014, fato excepcional, já que os juízes não costumam acolher as denúncias, respaldados pela lei de anistia.³⁷

Lançado em 2015, no rastro da CNV e dos cinquenta anos do golpe de 1964, *Ainda estou aqui* forma uma duologia de memórias com *Feliz ano velho*. Com um hiato de mais de trinta anos, Paiva retorna às recordações preambulares acerca da desaparecimento do pai, presentes na sua estreia em 1982, a fim de elaborar um acerto de contas com o passado, no qual amarra a história da mãe. Esse balanço se faz necessário tanto pelas novidades revisitadas sobre Rubens Paiva, principalmente entre 2012 e 2014, quanto pela fantasmagoria do desaparecimento que irrompe com mais intensidade no mercado editorial após os anos 2000. Assim, familiares das vítimas (filhos, sobrinhos e sobrinhas, por exemplo) ocupam o vácuo deixado pelo *boom* de memórias e testemunhos redigidos por perseguidos políticos depois da anistia. Entre eles, estão nomes como Bernardo Kucinski, Paloma Vidal, Liliane Haag Brum, Julián Fuks e Camilo Vanucchi. E, claramente, Marcelo Rubens Paiva, como avultado pelo historiador Fernando Perlatto (2017) ao apontar a guinada memorialista na literatura produzida pelos filhos de perseguidos políticos.³⁸

Com o fim das utopias revolucionárias que embalaram a resistência à ditadura, o tom epopeico recorrente nos livros dessa primeira onda é substituído por uma perspectiva mais crítica do projeto de esquerda, seja em narrativas de ex-presos políticos ou não. Na nova conjuntura histórica e democrática, erguem-se indagações sem respostas sobre a entrega às últimas consequências de militantes ou simpatizantes das organizações, tal qual Rubens Paiva:

Estava na cara que deveríamos ter partido para o exílio. Todos se foram. Era a lógica para alguém visado. Partidos de esquerda se esfacelaram no começo do golpe. Até partidos de esquerda contra a luta armada estavam sendo esmagados pela ditadura

³⁷ FIGUEIREDO, Eurídice. **A literatura como arquivo da ditadura**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2017, p. 103.

³⁸ PERLATTO, Fernando. História, literatura e a ditadura brasileira: historiografia e ficções no contexto do cinquentenário do golpe de 1964. **Estudos Históricos** (Rio de Janeiro) [online]. 2017, v. 30, n. 62, p. 721-740. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/GYwqJzxvCz9cxfx5Cf5b9NR/?lang=pt&format=pdf> Acesso em: 13 set. 2024.

depois do AI-5. A pergunta: por que ele atrasou tanto a nossa partida? Arrogância? Confiança? Dever ideológico?.³⁹

Em relação ao excerto anterior, Figueiredo pondera que o narrador-sobrevivente está à procura da “falha trágica de que falava Aristóteles, a hamartia, o erro que o personagem comete por ignorância (...) O herói trágico é um homem bom, que é levado à morte vítima de uma conjuntura de fatores que conspiram contra ele”.⁴⁰ O ressentimento do filho estende-se à mãe, Eunice Paiva, viúva e sozinha com cinco filhos pequenos frente à morte vã do marido (Figueiredo, 2017; Paiva, 2015).

À vista dos avanços das investigações da CNV e do judiciário, ambas citadas por Marcelo Rubens Paiva, o escritor busca preencher as lacunas do quebra-cabeças de desaparecimento forçado de Rubens Paiva. Embora ora se reporte aos fragmentos de tais fatos, ora anexa-os, *Ainda estou aqui* é, na verdade, uma espécie de biografia acerca de Eunice Paiva, dado que essa testemunha em primeira pessoa perdia suas lembranças, em decorrência do Alzheimer. Ao mesmo tempo em que o Brasil negava seu passado, num esquecimento de outra ordem, estratégico: o “mal de Alzheimer nacional”, sobre o qual escreve Kucinski em *K.- Relato de uma busca*.⁴¹

Dona de casa e com filhos pequenos, Eunice é impelida a ressignificar sua história ante o desaparecimento do marido. Enfrenta os traumas derivados de sua própria prisão, a tortura psicológica imposta aos parentes das vítimas (do corpo sem sepultura, extorsões e buscas frustradas a cada nova farsa criada por militares); e inicia o curso de direito, convertendo-se em uma advogada de referência na defesa das causas indígenas, outra frente de sua luta contra à ditadura, que promovia o genocídio dos povos originários. Ao lançar luz à trajetória de Eunice, insurge a heroína de fato: “Minha mãe ficou viúva aos quarenta e um anos (...) um ícone da ditadura, prova bem articulada que contestava a versão oficial.”⁴²

³⁹ PAIVA, Marcelo Rubens. *Ainda estou aqui*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015, p. 106.

⁴⁰ FIGUEIREDO, Eurídice. *A literatura como arquivo da ditadura*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2017, p. 106.

⁴¹ KUCINSKI, Bernardo. *K.- Relato de uma busca*. São Paulo: Cosac Naify, 2014, p.12.

⁴² PAIVA, Marcelo Rubens. *Ainda estou aqui*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015, p. 192.

Há, portanto, o movimento de exaltar a resposta corajosa das mulheres, mães, avós, esposas, filhas e sobrinhas contra as Forças Armadas, à procura de seus entes queridos, presos ou mortos. E resguardar o vivido no momento em que “*la generación de supervivientes ha dejado de estar entre nosotros*”.⁴³ A homenagem à mãe, no entanto, é acompanhada do furor do filho. Como se o desaparecido do marido e a tetraplegia já não fomentassem sofrimentos suficientes, Eunice Paiva mergulhava na brutalidade de uma doença que varria passado, presente e futuro, logo em uma fase tranquila de sua vida: “Como Deus pode ser tão imprudente e imputar tanto sofrimento a uma pessoa só? (...) Por que provação mais a minha família deveria passar? Por que nos testavam até o limite? Chega! Queríamos um descanso. Não teríamos”.⁴⁴

A despeito da doença em estágio avançado, no ato de escrita, a cumplicidade entre Eunice e o filho jamais se perdeu:

enquanto seu raciocínio está confuso, ela pega a minha mão esquerda, mais fechada do que a direita, e a abre com carinho, dedo a dedo, para alongá-la. Como faz há trinta e cinco anos, desde os primeiros dias em que me viu numa UTI paralisado. Seguindo uma recomendação da fisioterapia: alongar sempre que der a mão do filho tetraplégico, para não atrofiá-la. Um instinto materno poderoso atravessa o choque e o caos em que vive, e ela faz aquilo que rotineiramente foi parte da vida, cuida do filho. Quando percebi isso, associei o jeito de ela pegar a minha mão com as recomendações médicas e passei sempre a estacionar minha cadeira de rodas paralela à dela e a pousar a mão sem mobilidade no largo apoio de braço da sua cadeira. Ela sempre a pega e a alonga, carinhosamente, dedo por dedo, um de cada vez, num toque que é só dela, que está lá ainda. Deixo-a alongar minha mão por minutos.⁴⁵

Além da comoção provocada pelo excerto, o narrador surpreende-nos com a (re) afirmação da existência da mãe, sob tom imperatório: “está lá ainda”, a fim de livrar o inconsciente de um “golpe”, como definido pelo narrador, observado por pessoas próximas ao doente de Alzheimer. Isto quer dizer que se “enterra na conjugação verbal alguém que está vivíssimo e presente”, alguém que está lá, mas não está, é a pessoa, mas não é”⁴⁶. Dessa

⁴³ “a geração de sobreviventes começa a deixar de estar entre nós”, tradução nossa. HIRSCH, Marianne. **La generación de la posmemoria**. Tradução de Pilar Cáceres. Madrid: Carpe Noctem, 2021, p.8.

⁴⁴ PAIVA, Marcelo Rubens. **Ainda estou aqui**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015, p. 230-231.

⁴⁵ *Ibidem*, p. 250.

⁴⁶ *Ibidem*, p. 48.

maneira, como espectadores de uma metamorfose fúnebre, acompanham o apagar do corpo antes da morte: “Era ela ausente do seu corpo. Era o seu apagar que agia com brutalidade nos gestos e nas palavras”,⁴⁷ destoantes de sua personalidade.

De um lado, notamos que a linguagem do luto se precipita antes mesmo do falecimento literal da mãe; e, de outro, as reminiscências sobre a vida do pai são mencionadas no presente. Por isso, como em *Feliz ano velho*, o corpo é fulcral: a mãe parece ausente, embora presente, pelo apagamento do corpo em vida; enquanto a presença fantasmagórica do pai desaparecido faz que ele seja presentificado na escrita, devido à dificuldade de concretizar essa morte sem elaboração, afinal o corpo não é entregue para sepultamento. Mesmo em meio ao esquecimento e a perda de palavras, Eunice contradiz o tratamento no passado e reitera sua presença a partir de uma simbólica afirmação: “ainda estou aqui”, levado ao título da obra:

Recentemente, uma fala cheia de significados entrou no seu repertório, especialmente quando um turbilhão de emoções a ataca (...) o que mostra uma felicidade e um alerta, caso alguém não tenha reparado: Eu ainda estou aqui. Ainda estou aqui.

Sim, você está aqui, ainda está aqui.

Minha mãe, aos oitenta e cinco anos, não entrou no Estágio IV, o pior de todos. Sua vida tem muitos atos. Tivemos mais um. Enquanto a morte do meu pai não tem fim.⁴⁸

Em dezembro de 2018, o último ato de resistência de Eunice Paiva, desta vez contra o Alzheimer, se findou; definitivamente, ela não está mais aqui. Seu legado, todavia, permanece, pois, não à toa, morrera no aniversário de cinquenta anos do AI-5 — o Ato Institucional mais bárbaro do regime militar brasileiro, para reafirmar sua oposição corajosa em vida, frente aos traumas de sua própria prisão e a perda do companheiro. Passados quarenta e sete anos do sumiço de Rubens, os filhos dos Paiva puderam cumprir com os gestos (velório e enterro) vetados na morte do pai, que não para de morrer. Por isso, Marcelo Rubens Paiva cria para o pai um jazigo possível, no antigo endereço dos Paiva na Zona Sul do Rio de Janeiro, de onde o pai é levado:

O endereço era Delfim Moreira, 80. Existe ainda. Não a casa, o endereço, um prédio preto, de poucos andares, construído no boom imobiliário que desfigurou o Leblon

⁴⁷ *Ibidem*, p. 238.

⁴⁸ *Ibidem*, p. 262-263.

dos anos 80. Um edifício escuro, que lembra um caixão, com um jazigo, uma pedra preta em frente.⁴⁹

O ritual de morte de Rubens Paiva acaba, então, por se suceder nessa antiga casa dos Paiva — na qual foram mantidos reféns e assistiam à prisão não só do pai. A residência, por consequência, converte-se no túmulo impedido de Rubens, onde também está enterrado o sobrado, derrubado, no qual viviam; casa que reunia as memórias familiares felizes, interrompidas subitamente. À luz disso, por mais escuro e apático que seja o edifício, é a imaginação, atravessada pelas lembranças dolorosas e traumáticas, que desenha a lápide em frente ao edifício.

Foto 1 – Antigo endereço dos Paiva no Rio de Janeiro

⁴⁹ *Ibidem*, p. 121.



Além de não haver sepultura, Paiva realça os problemas civis gerados pelo entrelugar do desaparecimento forçado. Apesar da certidão de óbito proporcionar o acesso às contas bancárias e organizar inventários, fora insuficiente para responder aos questionamentos que pairavam (e pairam) sobre os parentes de desaparecidos políticos:

Os familiares dos desaparecidos viviam num limbo civil, além de emocional (temos ou não um pai, uma mãe, um filho, uma filha ou netos vivos?). A burocracia engessava atividades corriqueiras. Não sabíamos nem a data em que deveríamos decretar como o dia da morte. Repare que usei a expressão “desaparecido a partir de”, e não “morto em”. Meu pai foi preso no dia 20 de janeiro. Estava morto na noite do dia 21 para o 22 de janeiro. Para nós, da família, a data da sua morte é 20 de janeiro. Só recentemente soubemos que ele morreu entre 21 e 22. Não mudaremos o dia em que sua morte faz aniversário.⁵⁰

⁵⁰ *Ibidem*, p. 194.

As possíveis datas de morte foram deslindadas oficialmente pelo enredo divulgado pela CNV e o Ministério Público, baseado em depoimentos-chave de ex-presos políticos como Cecília Viveiros de Castro, a professora citada em *Feliz ano velho*, que trazia as correspondências do Chile, e o coronel Paulo Malhões, morto um mês após depor à Comissão. O ofício produzido pela “Turma de Recebimento” (cf. Anexo B) também foi vital para o desenrolar dos trabalhos: prova materialmente sua entrada no DOI da Barão de Mesquita. Foi obtido durante a investigação do assassinato de Júlio Miguel Molinas Dias — ex-chefe do Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) no Rio de Janeiro — e entregue à Comissão em 2012.

Na virada documental da literatura⁵¹, Paiva seleciona e insere fragmentos das conclusões da CNV em *Ainda estou aqui* (2015), bem como anexa a peça de denúncia do MP (Ministério Público) e a decisão de seu recebimento, a fim de tornar o discurso mais robusto, na contramão das manifestações de 2013 a 2016 — cenário da queda da presidenta Dilma Rousseff.⁵² A partir de tais apurações foi possível restaurar a prisão, tortura e morte de Rubens Paiva, à vista das limitações — uma vez que os arquivos das Forças Armadas não foram colocados à disposição e poucos militares se apresentaram para contribuições. Dessa maneira, corroborou-se oficialmente que o sequestro fora motivado pelas cartas endereçadas ao deputado, remetidas de Santiago por exilados brasileiros. Face a isso, Paiva comenta a ingenuidade da esquerda revolucionária brasileira, de enviar documentos políticos e epistolares logo no primeiro voo para o Brasil, seguido da troca de presos políticos pela liberdade do embaixador Giovanni Enrico Bucher: “vir do Chile com uma carta escondida, no avião mais

⁵¹ Neste artigo, as obras de memória de Marcelo Rubens Paiva não são entendidas como documento, ainda que o autor os manipule, especialmente em *Ainda estou aqui* (2015). Além disso, não almejamos discutir os problemas às voltas da ficção e documento, sobre o tema verificar Luciene Azevedo (2024).

⁵² Com relação ao levante, a periodista Consuelo Dieguez (2022) indica os protestos cunharam “o fim da hegemonia da esquerda nos movimentos sociais. A partir dali, a direita, que se mantinha encolhida desde a redemocratização, entrou escancaradamente em cena”, acompanhados de discursos saudosistas do AI-5. Cf.: DIEGUEZ, Consuelo. **O ovo da serpente**: Nova direita e bolsonarismo: seus bastidores, personagens e a chegada ao poder. São Paulo: Companhia das Letras, 2022, p.40. *E-book*.

queimado do país, com o telefone do marido escrito no envelope; prepotência e descuido das organizações de esquerda, que colocaram duas famílias com crianças no fogo cruzado.⁵³

Fundamentado nos avanços importantes a respeito do desaparecimento do pai, a cena aterradora de tortura de Rubens Paiva é recriada literariamente por Paiva:

Morreu repetindo o seu nome. Meu nome é Rubens Paiva, meu nome é Rubens Paiva...

Dizem que foi torturado ao som de “Jesus Cristo”, de Roberto Carlos, música que a minha irmã Eliana se lembra de ter escutado enquanto estava lá [no DOI]:

Jesus Cristo! Jesus Cristo!
Jesus Cristo, eu estou aqui.⁵⁴

Ainda estou aqui também faz a denúncia de outros crimes impunes da ditadura, tal qual o incêndio da Favela da Praia do Pinto, localizada no Leblon, próxima à casa dos Paiva: “Foram os militares, diziam. Viram helicópteros do Exército sobrevoando a favela na noite da tragédia”.⁵⁵ Segundo a Comissão Estadual da Verdade Rio, a política remocionista de comunidades cariocas e a militarização do Estado entre 1964 e 1985 ampliou “a presença do aparato repressivo nas favelas”.⁵⁶ Sobre a Favela do Pinto, a Comissão indica que moradores foram detidos pelo DOPS em março de 1969, por encorajarem a resistência à mudança forçada. Cerca de dois meses mais tarde, a favela seria consumida pelo fogo, removida e “a área destruída (...) seria urbanizada e posta à venda”.⁵⁷

O Estado ignorou e não acatou grande parte das 29 recomendações da CNV, assinaladas em seu relatório conclusivo entregue em 2014, nas quais encontram-se, por exemplo, os seguintes verbos imperativos: admitir a culpa; punir; vetar comemorações do golpe de 1964 e

⁵³ *Ibidem*, p. 173.

⁵⁴ *Ibidem*, p. 108.

⁵⁵ *Ibidem*, p. 68.

⁵⁶ RIO DE JANEIRO (Estado). **Comissão da Verdade do Rio**. Relatório. Rio de Janeiro: CEV-Rio, 2015, p; 118. Disponível em: <https://documentosrevelados.com.br/wp-content/uploads/2015/12/cev-rio-relatorio-final.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2023.

⁵⁷ *Ibidem*, p. 121.

desmilitarizar as polícias estaduais.⁵⁸ Desse modo, sem ocuparem o banco dos réus, violadores de direitos humanos do passado ditatorial e do presente, das incursões em favelas que resultam em tortura, mortes e desaparecimentos, mantém a lógica do terrorismo de Estado, como vimos no episódio do pedreiro Amarildo:

14 de julho de 2013. Rocinha, Zona Sul carioca. Amarildo Dias de Souza, pedreiro, foi preso por policiais militares, levado até a sua casa e depois para a Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) instalada na Rocinha.

No Leblon, Zona Sul carioca, meu pai, engenheiro, foi preso por militares em casa e levado a unidades da Aeronáutica e depois do Exército. Amarildo era casado com a dona de casa Elizabeth Gomes da Silva e pai de seis filhos.

Meu pai era casado com Eunice Paiva, dona de casa, e tinha cinco filhos.

Não se tem notícias do paradeiro de ambos.

Para a polícia, traficantes da comunidade são os principais suspeitos do desaparecimento de Amarildo. Para o Exército, terroristas sequestraram meu pai enquanto militares faziam reconhecimento de aparelhos com ele num Fusca. Versão oficial que só foi desmentida em 2014.⁵⁹

Os restos mortais de Rubens Paiva e Amarildo mantêm-se sem localização. E os ex-militares denunciados em 2014, pelo sequestro, tortura e desaparecimento do ex-deputado, finalmente designados como violadores de direitos humanos, seguem com os processos arquivados, em determinações ora do Supremo Tribunal Federal (STF), ora do STJ Supremo Tribunal de Justiça (STJ). Mesmo que os processos tenham tramitado na justiça comum, eles “sorriem impunes”; há sessenta anos do golpe de 1964, devemos, então, ao menos lembrar de não esquecer dos desaparecimentos do passado e do presente, face à anistia que zomba desse apagamento coletivo e endossa o escancaramento de uma direita recuada desde a redemocratização.⁶⁰

À guisa de conclusão, à luz da proposição de Figueiredo (2017), de um arquivo literário da ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985), apresentamos o “arquivo Rubens Paiva”,

⁵⁸ BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Mortos e desaparecidos políticos**. Brasília: CNV, 2014^a, p. 971. (Relatório da Comissão da Verdade; v.1). Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>. Acesso em: 10 nov. 2023, p. 442.

⁵⁹ PAIVA, Marcelo Rubens. **Ainda estou aqui**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015, p. 108-109.

⁶⁰ DALCASTAGNÈ, Regina. **O espaço da dor: o regime de 64 no romance brasileiro**. Brasília: Editora UnB, 1996.

composto por documentos ligados ao desaparecimento forçado de Rubens Paiva e a produção memorialística de Marcelo Rubens Paiva (*Feliz ano velho e Ainda estou aqui*). Desse modo, refletimos acerca do trabalho literário de Paiva, às voltas da morte e sumiço do corpo do deputado cassado, a qual transita entre a figura pública e o privado — de um pai assassinado cujo corpo não foi entregue à família. Além de manejarmos parte dos documentos disponíveis acerca desse desaparecimento, recuperados e organizados em diferentes décadas, particularmente pelo judiciário brasileiro e a Comissão Nacional da Verdade, ambos em 2014. Por fim, ante à guinada documental na literatura, vale recordarmos que, em *Ainda estou aqui*, Paiva (2015) debruça-se sobre os documentos e anexa alguns fragmentos no texto, no anseio de complementar, ratificar ou indicar ao leitor uma “prova irrefutável”, uma vez que as lembranças e o testemunho podem ser colocados à prova. Particularmente, em um período de aceno à repressão do passado ditatorial e negacionismos históricos.

Referências bibliográficas

- ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. Tradução Paulo Soethe. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.
- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil**: nunca mais. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.
- AZEVEDO, Luciene. La ficción y el documento. **Cuadernos LIRICO**, n. 26, p. 1-16, fev. 2024. Disponível em: <https://journals.openedition.org/lirico/15560>. Acesso em: 14 set. 2024.
- BECKETT, Samuel. **Esperando Godot**. Tradução Fábio de Souza Andrade. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Mortos e desaparecidos políticos**. Brasília: CNV, 2014a. (Relatório da Comissão da Verdade; v.1). Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>. Acesso em: 10 nov. 2023.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Mortos e desaparecidos políticos**. Brasília: CNV, 2014b. (Relatório da Comissão da Verdade; v.3). <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>. Acesso em: 10 nov. 2023.

CÂMARA inaugura busto de Rubens Paiva, cassado e morto na ditadura. **G1**, Brasília, 1 abr. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/50-anos-do-golpemilitar/noticia/2014/04/camara-inaugura-busto-de-rubens-paiva-cassado-e-morto-naditadura.html>. Acesso em: 8 out. 2020.

CÓRTAZAR, Júlio. **Bestiario**. Editorial Sudamerica: Buenos Aires, 1970.

DALCASTAGNÈ, Regina. **O espaço da dor: o regime de 64 no romance brasileiro**. Brasília: Editora da UnB, 1996.

DIEGUEZ, Consuelo. **O ovo da serpente: Nova direita e bolsonarismo: seus bastidores, personagens e a chegada ao poder**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022. *E-book*.

KUCINSKI, Bernardo. **K.- Relato de uma busca**. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

PERLATTO, Fernando. História, literatura e a ditadura brasileira: historiografia e ficções no contexto do cinquentenário do golpe de 1964. **Estudos Históricos** (Rio de Janeiro) [online]. 2017, v. 30, n. 62, p. 721-740. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/GYwqJzxvCz9cxf5Cf5b9NR/?lang=pt&format=pdf> Acesso em: 13 set. 2024.

FIGUEIREDO, Eurídice. **A literatura como arquivo da ditadura**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2017.

HIRSCH, Marianne. **La generación de la posmemoria**. Tradução de Pilar Cáceres. Madrid: Carpe Noctem, 2021.

MARTINS, Caroline Peres. **Memória, trauma e história: percursos do memorialista em *Feliz ano velho* (1982) e *Ainda estou aqui* (2015), de Marcelo Nunes Paiva**. Dissertação

(Mestrado em Teoria e História Literária) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2021.

MAUÉS, Flamarion. **Livros contra a ditadura**: editoras de oposição no Brasil, 1974-1984. São Paulo: Publisher Brasil, 2013.

MONTERO, Rosa. Rosa Monteiro. [Entrevista cedida a] **Programa Roda Viva**, [S.l.], 10 abr. 2006. Disponível em:

https://rodaviva.fapesp.br/materia/230/entrevistados/rosa_montero_2006.htm. Acesso em: 12 dez. 2023.

PAIVA, Marcelo Rubens. **Feliz ano velho**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

PAIVA, Marcelo Rubens. **Não és tu, Brasil**. São Paulo: Mandarim, 1996.

PAIVA, Marcelo Rubens. **Ua: Brari**: Do outro lado do mundo. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

PAIVA, Marcelo Rubens. **Ainda estou aqui**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

RIO DE JANEIRO (Estado). **Comissão da Verdade do Rio**. Relatório. Rio de Janeiro: CEV-Rio, 2015. Disponível em: <https://documentosrevelados.com.br/wp-content/uploads/2015/12/cev-rio-relatorio-final.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2023.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

TÉRCIO, Jason. **Segredo de Estado**: o desaparecimento de Rubens Paiva. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

Fontes de arquivo

[Turma de Recebimento]. Fundo: **Dossiê Julio Miguel Molinas**: despacho CNV e relação dos documentos. Localidade: [Rio de Janeiro], RJ, BRA. Data: 20 jan. 1971. Arquivo Nacional. Código de referência: BR RJANRIO CNV.0.ERE.00092001121201239, v.1.

Anexos

